

INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife PE janeiro - fevereiro / 2013 ano XX nº 195 www.trt6.jus.br

Novos dirigentes iniciam mais um ciclo administrativo



COMEÇA NOVO BIÊNIO

O mês de fevereiro é inaugurado com a posse dos novos dirigentes para o biênio 2013/2015. O desembargador Ivanildo da Cunha Andrade é o presidente; o desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega, vice-presidente, e a desembargadora Virgínia Malta Canavarro, corregedora. A solenidade, concorrida, aconteceu na tarde de 1º de fevereiro, na Arcádia Apipucos, no Recife. Prestigiaram o evento diversas autoridades políticas e do mundo jurídico, entre as quais o prefeito do Recife, Geraldo Julio, e o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

2013

2015

Novas metas são propostas para o biênio que se inaugura

Em novembro do ano de 2012, o Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região realizou sessão para eleger os desembargadores que atuariam na gestão do Regional no biênio 2013/2015. Com a presidência do desembargador André Genn, a Corte elegeu por unanimidade os desembargadores Ivanildo da Cunha Andrade presidente; o desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega, vice-presidente; e a desembargadora Virgínia Malta Canavarro, corregedora. Com a promessa de promover a ampliação do PJe, e, certo da colaboração de todos os que compõem o TRT, o desembargador Ivanildo da Cunha Andrade disse que iria envidar todos os esforços para dar as respostas que a sociedade exige.

O presidente eleito agradeceu por ter sido conduzido ao cargo e se declarou com garra para cumprir o que chamou de

“última etapa da carreira”, depois de 31 anos dedicados exclusivamente à magistratura do trabalho e ao TRT6. “Nossa gestão será participativa e buscaremos dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelas gestões anteriores, mantendo o clima cordial e amistoso que caracteriza esta Corte”, disse o novo presidente.

“A emoção me toma”, assim iniciou o desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega a agradecer a eleição para o cargo de vice-presidente. “Quero colaborar efetivamente com a Presidência, com um olhar especial para a Escola Judicial”, completou.

Eleita corregedora, a desembargadora Virgínia Malta Canavarro agradeceu a escolha e prometeu redobrar seus esforços para cumprir bem a nova função.

O desembargador André Genn



Desembargadores André Genn e Ivanildo da Cunha Andrade trocam ideias, momentos antes da solenidade

saudou os novos dirigentes desejando-lhes sucesso na administração, manifestando a certeza de que a carreira que os três novos gestores construíram no Tribunal dão a garantia do exercício de uma administração que terá pleno êxito. “O desembargador Ivanildo Andrade construiu uma vida voltada à Justiça do Trabalho, vem acompanhando muito de perto as ações administrativas e vai cumprir

com habilidade e honradez as funções de presidente”, afirmou. Ao se referir ao vice-presidente eleito, disse que “Pedro Paulo vai ser participante, com o amor ímpar que dedica a todas as funções que abraça” e, ao se dirigir à corregedora eleita, destacou que “Virgínia Canavarro conhece profundamente as varas trabalhistas e o Tribunal, possuindo, portanto, os requisitos necessários para o grande papel a cumprir”.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

Ivanildo da Cunha Andrade

VICE-PRESIDENTE

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

CORREGEDORA

Virgínia Malta Canavarro

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa
Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Maria do Socorro Silva Emerenciano

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Alice Amorim (DRT 2194-PE)

REDATORES

Eugenio Pacelli / Maria Alice Amorim
Elysangela Freitas

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos /

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

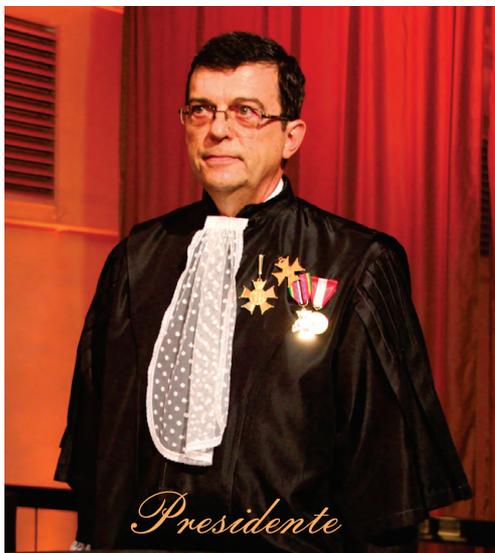
ESTAGIÁRIA

Marina Souza Didier

IMPRESSÃO

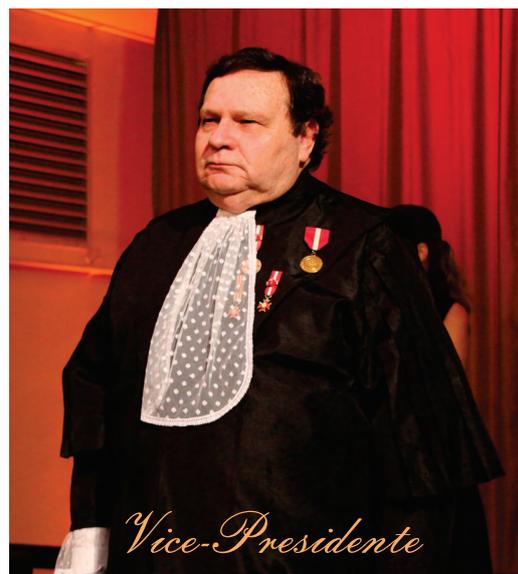
CCS Gráfica e Editora
(Tiragem: 1.500 exemplares)

Veja perfil dos novos dirigentes



O novo presidente, desembargador **Ivanildo da Cunha Andrade**, atua desde 2001 na Segunda Instância e ocupou o cargo de corregedor regional no biênio 2009/2011. Ingressou na magistratura do Trabalho da 6ª Região em 1981, como juiz substituto. Concluiu o curso de Direito na UFPE em 1973. Também possui bacharelado em Ciências Criminológicas pela Universidade Livre de Bruxelas (1977), e mestrado em Gestão Financeira Pública, na Universidade de Antuérpia, na Bélgica (1976). Foi presidente da Amatra VI (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região), no biênio 1990-1992, e presidiu a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), no biênio 1993/1995, além de ter exercido a vice-presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no biênio 1996/1997.

O vice-presidente do TRT-PE, desembargador **Pedro Paulo Pereira Nóbrega**, formou-se Bacharel em Direito pela UFPE (1968), com pós-graduação na Especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pela UNICAP (1981). Consultor jurídico e advogado trabalhista de entidades públicas e privadas, empresas e organizações de empregadores no Brasil, durante 33 anos, até a posse como juiz do TRT6. Em 26 de setembro de 2001, tomou posse no TRT6 como juiz, hoje desembargador, tendo presidido a sua 3ª Turma, estando, atualmente, na presidência da 4ª Turma. Dirigiu a Escola Judicial do TRT-PE entre 2009 e 2013.



A desembargadora **Virgínia Malta Canavarro** ingressou na Justiça do Trabalho em 1973, como oficial de administração, ocupando, a partir de então, vários cargos, como a Secretaria da Vara do Trabalho de Palmares, a assessoria da Presidência, a diretoria do Serviço de Acórdãos e Traslados, a diretoria de Distribuição dos Feitos do Recife e a assessoria do então juiz José Ajuricaba da Costa e Silva. Em 1980 assumiu o cargo de juíza do Trabalho substituta. Foi nomeada para o cargo de juíza titular em 1986, exercendo a presidência das Varas do Trabalho de Palmares, Catende, Cabo, Nazaré da Mata, 2ª e 18ª Varas do Recife. Em fevereiro de 2002, foi nomeada, pelo critério da antiguidade, para o cargo de juíza do Trabalho da segunda instância do TRT6.

Presidente fala sobre desafios da gestão

Confira, na entrevista a seguir, as metas e projetos propostos, para o biênio 2013/2015, pelo novo presidente do TRT6, desembargador Ivanildo da Cunha Andrade.

Tramita projeto de lei, ampliando número de VTs e dos quadros do TRT6. Há previsão de quando será aprovado?

Não podemos prever, porque a tramitação depende de outras instâncias. Encaminhamos ao TST anteprojeto, prevendo a criação de mais 26 Varas, um cargo de juiz auxiliar da Corregedoria e de cargos de apoio. Do TST irá para o CSJT, em seguida para o CNJ e depois para o Congresso Nacional. Pernambuco vivencia atualmente um período de grande pujança econômica, o nosso crescimento tem sido diferenciado e contamos no Estado com vários polos de industrialização que certamente irão provocar um aumento das demandas. Queremos dotar o Tribunal de uma estrutura compatível com essa nova dimensão. Dada a premência da criação desses cargos e unidades judiciais, acreditamos que a tramitação não será longa, em torno de um ano bastará para que tenhamos aprovado o projeto.

Qual o papel do PJe-JT, perante acentuado crescimento econômico para Pernambuco?

A irreversibilidade é um dado. Esse novo sistema irá possibilitar à JT uma racionalização de esforços. Teremos uma economia substancial de mão-de-obra e material e o PJe vai permitir um acesso muito mais amplo. O sistema trará dificuldades operacionais para todos nós na medida em que teremos uma ruptura nos procedimentos. Elas serão suplantadas e a própria implantação do PJe exigirá dos técnicos em informática alguns ajustes, que irão se afirmar necessários no curso do processo.

O que o servidor deve esperar da gestão, considerando o ritmo acelerado de mudanças na JT, no TRT, no Estado?

Não podemos descuidar da qualidade de vida, não só dos servidores, como dos juizes e também dos operadores do direito em geral. Temos que atentar para questões psicossomáticas de todos.



Condições de trabalho, espaço, ambiente, equipamentos e também cuidar da remuneração de servidores e juizes. Este é um ponto fundamental, a questão remuneratória. Temos que ter um pessoal motivado, comprometido. Tanto juizes, quanto servidores só legitimam as suas reivindicações na medida em que se mostram necessários à sociedade. E só podem fazer essa demonstração a partir de uma boa qualidade da prestação jurisdicional. É necessário empenho, é necessário que cobremos, na medida do nosso empenho, um tratamento adequado, não só no nível físico, como remuneratório.

Quais os planos para incrementar ainda mais a capacitação de pessoal?

Nosso intuito é trazer para discutir conosco associações, sindicatos. Identificar, com a SRH, quais as dificuldades mais

prementes que poderão ser atenuadas com cursos e eventos para capacitação. E em relação aos juizes também. Queremos que a Amatra tenha uma participação ativa na nossa gestão. Amatra, sindicatos de servidores terão um espaço para fiscalizar, para cobrar, para sugerir. Estaremos abertos a uma participação mais ativa. E, dentro dos limites impostos pela instituição, serei um aliado, tanto dos servidores, quanto dos juizes.

Haverá mudanças no organograma e no regimento interno do Tribunal?

São prioridades nossas atualizar a organização administrativa, dotar o Tribunal de um organograma compatível com as necessidades atuais e também dotar de um regimento adequado à nova realidade. Um regimento que já visualize a implantação do PJe. Não será

sta

obra acabada, será um primeiro passo para que tenhamos uma estrutura administrativa compatível com a realidade.

Que projetos de infraestrutura estão planejados para o biênio?

Envidaremos todos os esforços no sentido de viabilizar a construção, no Recife, de uma sede adequada, que receba, com conforto e segurança, juízes e servidores. Será obra para mais de uma gestão. Mas, o exercício da presidência é uma etapa na vida da instituição. E toda administração deve se reger pelo princípio da continuidade. Então, se iniciarmos a construção do Fórum do Recife, já teremos em boa parte justificado o mandato que nos foi delegado. Mas, não ficaremos nisso, não. Temos também no interior como prioridade absoluta a construção do Fórum de Ipojuca e de Goiana, polos industriais que se afirmam com muito vigor e, se não receberem a atenção devida, amargaremos o caos. Queremos nos antecipar a isso. Temos, no projeto que prevê a criação de 26 varas, treze varas para a sede do Recife e duas mais para Goiana e para Ipojuca, que, no médio ou longo prazo, precisarão de seis a oito varas. Ideal para atender as necessidades daqui a cinco anos. Temos que correr contra o tempo e buscar o apoio que

sempre nos foi dado no parlamento para que nossas pretensões sejam atendidas.

Há mudanças significativas previstas nos rumos do Planejamento Estratégico?

Não temos a petulância de mudar por mudar. Temos a pretensão de continuar, ir promovendo ajustes, que não serão totalmente efetuados em dois anos. Acreditamos na gestão por metas, na utilização

racional dos recursos públicos. Intensificaremos uma participação da Assessoria de Gestão Estratégica, instância que sempre será consultada. E queremos discutir o planejamento estratégico em curso, periodicamente, com a participação de servidores, juízes, até visualizando a elaboração do novo planejamento estratégico de 2015. Na medida do possível, quero contribuir para que esse novo planejamento tenha

ações cujo cumprimento seja mais viável, mais eficaz.

Quais os planos para melhoria da comunicação com a sociedade?

Ainda ficamos com o planejamento estratégico. Não acredito num planejamento estratégico sem uma comunicação ampla, no plano externo e interno. A execução da administração por metas, do planejamento estratégico, passa necessariamente pela motivação. E não se

motiva sem indicações. Temos que indicar com clareza metas a serem atingidas, o porquê dessas metas e motivar, mediante comunicação intensa no nível interno. As ações da administração e o seu enquadramento no planejamento estratégico devem ser objeto de comunicações periódicas, sistemáticas e claras. Inclusive para engajar. Necessário que todos estejam motivados a contribuir e não só se limitar à execução, mas aprimorar ações.

Isso a gente só faz com comunicação. As pretensões de juízes e servidores melhor se legitimam com uma melhor prestação jurisdicional, que é a nossa atividade-fim. Se desempenharmos bem os encargos que a sociedade nos atribuiu, temos condição de afirmar a essencialidade de nossos serviços e postular tratamento adequado. Isso passa pela comunicação do Tribunal com a sociedade, a qual só compreenderá o Tribunal na medida em que ele se abrir e se mostrar a serviço do povo, do contribuinte.

Que marca o senhor gostaria de deixar na sua gestão?

O Tribunal tem uma marca que é a unidade, a harmonia. A grande marca minha seria passar pelo biênio e deixar mais sólidos esses elos que existem entre juízes, entre servidores e juízes. E volto à comunicação. Quer no plano vertical, quer no horizontal, é um elemento fundamental para que essa harmonia cresça. Com empenho, harmonia, dedicação e satisfação quanto às condições de trabalho, faremos muito mais. Vejo esse biênio como uma página na história do Tribunal. Para que essa página seja bem escrita, espero contar com o apoio de todos os que fazem o Tribunal.

O Tribunal tem uma marca que é a unidade, a harmonia. A grande marca minha seria passar pelo biênio e deixar mais sólidos esses elos.

André Genn agradece apoio recebido

À frente da administração do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região durante o biênio 2011-2013, o desembargador André Genn pôde desenvolver importantes ações dirigidas à modernização para aumentar o acesso das pessoas à Justiça do Trabalho. Dentre as diversas ações, destaca-se a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), que envolveu todos os setores do Tribunal, resultando na instalação do PJe em 21 VTs e em mais de 3.500 ações tramitando exclusivamente pela via eletrônica.

Para colocar em prática tal projeto de modernização da Justiça do Trabalho em Pernambuco, vários esforços foram dirigidos às mais diversas áreas, destacando-se a preparação tecnológica, com a modernização do parque de informática, aquisição de sistemas de segurança para armazenamento e transmissão de dados, links de internet de alta velocidade.

A ampliação do quadro de servidores da área foi colocada entre as prioridades: projeto de lei, encaminhado e aprovado, tinha como proposta a criação de 57 cargos especializados, todos já preenchidos quando a gestão foi concluída. Além disso, juízes, servidores, advogados e procuradores receberam capacitação, pelo setor



André Genn profere discurso de despedida, ladeado pelo vice-presidente do TJPE, desembargador Fernando Eduardo de Miranda Ferreira; pelo presidente do TST e CSJT, ministro João Oreste Dalazen; por Tadeu Alencar, secretário da Casa Civil e representante do governador do estado, e pelo prefeito do Recife, Geraldo Júlio

competente e pela Escola Judicial, a fim de aprenderem a lidar com o novo sistema, “que representa a mais larga ampliação de acesso na história do Judiciário”, conforme discurso de despedida do desembargador André Genn.

Entre outras ações ocorridas no biênio, foram criadas novas Varas do Trabalho em Pernambuco, em que seis delas foram instaladas durante a gestão. Foi, ainda, ampliada a composição do Tribunal, com a criação de nova vaga de desembargador e mais uma Turma de Julgamento.

Outro ponto importante, em sintonia com as ações nacionais desenvolvidas pelo CSJT, foi a atuação do TRT6 no Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, que teve como

gestoras regionais as desembargadoras Valéria Gondim Sampaio e Dinah Figueiredo Bernardo. Diversas atividades foram promovidas, voltadas à conscientização acerca de ações preventivas, como seminários, palestras, visita a escolas, a construções, e, sobretudo, grande evento na obra da Arena da Copa, com a participação de milhares de trabalhadores.

Nas diversas outras áreas admi-

nistrativas, foram, ainda, realizadas construções e reformas, melhoramentos nas áreas de manutenção e de material, na gestão de recursos humanos, orçamentária, financeira, de segurança e transporte, etc. “Todos os setores do Tribunal passaram por transformações, algumas deixando resultados já visíveis, e outros cuja consolidação se mostrará ao longo do tempo”, concluiu André Genn.



Ex-presidente faz balanço da gestão em entrevista para a Folha de Pernambuco

Cerimônia é prestigiada por personalidades do mundo jurídico, político e artístico



Novo presidente conversa com o prefeito do Recife, Geraldo Júlio, e o presidente do TST, ministro Dalazen

Presidente da Amatra6, juiz André Machado, destacou os avanços do biênio concluído e ressaltou a trajetória associativa do novo presidente



Jehovah da Gaita executou os hinos Nacional e de Pernambuco, durante a cerimônia



Procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho Fábio André de Farias discursou, colocando a PRT à disposição dos dirigentes



Espírito carnavalesco contagia convidados



Maestro Spock e Antonio Washington Marques da Costa, que animaram a festa da posse, durante a execução do frevo Tributo a Bajado, composto pelo presidente Ivanildo Andrade

A assessora da Secretaria de Cultura do Recife, Sonia Lessa, e o poeta Everardo Norões prestigiaram o evento

